

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

Dra. Mariane de Oliveira Biteti<sup>121</sup>

Essa resenha foi escrita a partir da edição portuguesa, enquanto a fazíamos foi lançada a edição brasileira<sup>122</sup>, a qual aqui faremos apenas essa menção. No prefácio à edição portuguesa, Grada Kilomba reconstitui o que seriam as condições de possibilidade de produção e visibilização desse livro, diante de sua trajetória pessoal e acadêmica. Tendo nascido e vivido em Lisboa, foi em Berlim que o livro aconteceu. Acontecimento envolto pela atmosfera berlinense de responsabilização coletiva com a história, o que teria provocado, segundo a autora, uma responsabilidade em criar novas configurações de poder e de conhecimento que não operam pela negação, assim como Kilomba afirma ocorrer em solo português.

A escrita do livro é evidentemente política e dá-se por meio da afirmação da condição de *sujeito*<sup>123</sup> da autora, e disso como parte de um projeto de descolonização que pressupõe ir além da negação do racismo, mas que busca se refazer na resistência e oposição a ele. Assim, a autora trata o racismo não apenas como algo circunscrito ao passado colonial, mas o racismo cotidiano vivenciado, sobretudo, pelas mulheres negras.

Ressalte-se o elemento da temporalidade do racismo como algo relevante na construção da narrativa do livro, inclusive o próprio título revela essa tentativa de coexistência, no presente, das experiências vividas em outras temporalidades. Nesse sentido, para Kilomba, o racismo cotidiano é atemporal. O aprisionamento que o sujeito negro vive e sente diante do racismo em suas experiências diárias, remete à cena colonial da plantation<sup>124</sup> e da escravização.

O primeiro capítulo retoma a imagem da máscara que a escravizada Anastácia era obrigada a usar para, a partir dela, falar da violência do silenciamento. Podemos

---

<sup>121</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, professora da UERJ- Faculdade de Formação de Professores e do Instituto Gay Lussac.

<sup>122</sup> A edição brasileira como esperado, manteve o mesmo título da edição portuguesa e foi lançada pela editora Cobogó em junho de 2019.

<sup>123</sup> As palavras que nessa resenha estão escritas em itálico reproduzem o que a autora faz em seu livro e que justifica logo no início de seu texto.

<sup>124</sup> Não foi elucidada a razão para terem optado por traduzir “plantation” por “plantação” no título do livro, tendo em vista que o uso corrente do termo plantation, além da clareza que o seu uso invoca para caracterizar o modelo colonial-escravista, a nosso ver justificaria o seu uso.

dizer que se trata de um tema que atravessa todo o livro, diante do qual o falar expressa uma condição de existir de modo não subordinado, o falar para superar a condição imposta de objeto, já que a boca e a fala tornam-se alvos preferenciais da opressão racista.

O tema da alteridade é importante para entender a constituição da negritude. Kilomba, na esteira de Fanon, revela que o sujeito negro é forjado pela branquitude, de tal modo a ser sempre um Outro daquilo que os brancos não desejam ser. Mas o problema dessa alteridade do sujeito branco é justamente o condicionamento que se cria no próprio processo da auto-identificação do sujeito negro. Tema que ela retoma para concluir a parte final do livro.

O capítulo traz como referência o questionamento levantado pela autora Gayatri C. Spivak, sobre “Pode a subalterna falar?” E reforça o sentido da negativa da resposta, diante de uma estrutura opressiva de impedimento e silenciamento em diferentes espaços sociais, dentre os quais a universidade.

Na relação entre a margem e o centro, Kilomba concorda com a potencialidade conferida à margem pela autora bell hooks que enxerga a margem como um espaço de abertura, marcado pela criatividade e pelas possibilidades. É, portanto, um espaço que desconstrói fronteiras impostas pela raça, gênero, classe e sexualidade, que permite emergir como sujeitos.

A percepção ou mesmo o interesse político do branco por vezes define o ser e os modos de sofrer do negro. Essa produção do outro revela um aspecto relevante da violência do racismo, a sua expressão como alteridade. Nesse caso, para tratar daquilo que na perspectiva do sujeito branco, o sujeito negro personifica os elementos reprimidos e negados por eles. Assim, tentando superar a construção do eu (negro) pelo outro (branco), o livro propõe revelar ou dar a voz às mulheres negras em suas experiências subjetivas com o racismo. Metodologicamente, tais narrativas visam apreender percepções e experiências para o sujeito, nesse livro, mulheres negras.

Sua definição de racismo aponta para um processo em que, primeiramente, se produz a diferença. Afinal, quem difere, difere de quem? Haveria uma norma para diferir? Kilomba afirma que quem não é branco é construído como diferente por um processo de discriminação pautado por uma hierarquia que inferioriza o sujeito negro, caracterizando o preconceito e, aliado ao poder, definindo o racismo. Além de sua contribuição para a compreensão do racismo como um processo social com marcas

identificáveis, a importância de sua teorização também está relacionada ao reconhecimento do racismo em mais de uma dimensão, já que marca as estruturas, as instituições e o cotidiano.

Após uma reflexão sobre pontos importantes da caracterização do racismo, bem como a apresentação de alguns referenciais teóricos que marcam a sua leitura do tema, dentre os quais destacamos Frantz Fanon, bell hooks e Philomena Essed, Kilomba apresenta seus critérios metodológicos para a escolha das entrevistadas e realização das entrevistas. As mulheres cujas narrativas constroem os episódios cotidianos do racismo são negras africanas ou da diáspora, todas residentes na Alemanha. Essas mulheres foram entrevistadas de modo não-diretivo considerando suas narrativas biográficas.

Os pontos considerados como núcleos nas entrevistas foram: “as percepções da identidade racial e do racismo na infância; as percepções gerais do racismo e das questões raciais na família; as experiências pessoais e indiretas do racismo no cotidiano; as percepções do eu em relação a outras pessoas negras; as percepções da branquitude no imaginário negro; as percepções da beleza feminina negra e as questões do cabelo; as percepções da feminilidade negra; a sexualização das mulheres negras”.

Kilomba opta por realizar uma análise fenomenológica das entrevistas, segundo diz, como forma de dar conta da complexidade das situações diárias de racismo vividas por essas mulheres, episódios que produzem subjetividades diversas. A interpretação que a autora faz, como ela mesma diz, é inspirada pela teoria psicanalítica e pelo pós-colonialismo.

Insistindo no recurso do método, por entendermos que esse livro abre algumas possibilidades que fogem ao formato convencional de um texto acadêmico, podendo ser uma forma que permite potencializar novos conteúdos e outras vozes, diríamos que a redução ao fenômeno, ao modo como ele se manifesta, e a tentativa de não incorrer em abstrações fazem com que o seu texto tenha, na parte em que utiliza as entrevistas, o formato de um conto que privilegia as narrativas ao esforço da conceituação. No entanto, não é esse o formato do texto todo, já que ela avança em muitas conceituações do racismo e de uma teoria descolonial, a partir dos relatos das entrevistadas.

Raça e gênero são tratados de maneira inseparável, de modo que mesmo entre mulheres, no campo da luta feminista, é necessário ter a clareza de que a sororidade não é uma ideia que se possa universalizar, já que não haveria uma equiparação possível entre sexismo e racismo. No caso, as mulheres negras são aquelas que sofrem

diretamente essas duas formas violentas e opressão, além da LGBTQIfobia. Diante dessa especificidade e da carência de reconhecimento e teorização, consideramos que este livro traz uma contribuição fundamental para a teoria crítica e luta política.

“De onde é que vens?” o questionamento constante que uma das entrevistadas revela é parte do que Kilomba denomina de política do Espaço, uma prática que vincula raça e territorialidade para afirmar o não pertencimento como marca cotidiana do racismo. Se por muito tempo o racismo fora marcado pelo componente biológico numa configuração hierárquica, atualmente há um racismo marcado pela diferença cultural que se manifesta na coexistência espacial. Assim, quando se pergunta “de onde vens?”, de fato se quer dizer que aqui não é o seu lugar.

Sobre a política do cabelo, são tratados os temas da invasão do corpo negro pelo toque típico de um estranhamento, e também do questionamento recorrente que se faz às mulheres negras sobre como elas lavam os seus cabelos, sugerindo uma leitura marcada pela imagem do sujo e do selvagem. Em síntese, a política do cabelo está associada ao desejo do controle do corpo negro. O cabelo, muitas vezes mais do que a cor, em razão da inferiorização e não aceitação social flagrantes, acaba por se tornar uma referência fundamental da consciência política entre as/os africanas e na diáspora, nos diz Kilomba.

Em relação à política sexual, Kilomba desenvolve a noção de que os homens negros sofrem uma inveja racial do homem branco que os deseja submeter, humilhar e mesmo matar para então possuir as mulheres negras. Psicanaliticamente haveria uma relação com o Complexo de Édipo. Os corpos das mulheres negras são desejados não somente para satisfação sexual, mas na experiência colonial, foram tomados como um corpo reprodutor e cuidador de crianças. Assim, há um duplo efeito subjetivo desse racismo historicamente construído, um é o medo que as mulheres brancas têm das mulheres negras lhes roubarem seus homens, outro de roubarem seus filhos.

O tema da diferença e a sua relação com a discriminação é analisado por Kilomba de modo distinto a muitas leituras da questão. Para ela, afirmar a diferença no sentido da multiplicidade de raças e culturas existentes, contribui para a construção do racismo. Por exemplo, uma criança que aprende que há raças diferentes, pode entender que a diferença está na percepção da diferença, uma forma de distinção fenotípica, e não numa diferença de tratamento. Ou seja, a racialização dos grupos é resultado e não causa do racismo, o racismo produz a diferença sob a forma da discriminação.

No capítulo intitulado “Encenar a Negritude”, há uma reflexão interessante sobre como o destacar-se como sujeito negro ou negra significa assumir o papel de representante da maioria excluída. Significa, por isso, destituir-se da própria individualidade para assumir um corpo marcado pela raça e pela história da escravidão. Kilomba afirma que isso ocorre porque há uma negação do direito à subjetividade devido o racismo.

Kilomba também aborda o suicídio da mulher negra a partir do relato de uma de suas entrevistadas. A associação do suicídio com o racismo é ainda mais forte em se tratando das mulheres negras. Essa realidade estaria vinculada a um isolamento violento que desqualifica o eu, já que não existiria um outro correspondente. As mulheres negras isoladas e invisibilizadas, também sofrem da ausência de alteridade, e acabam por realizar, no suicídio, um ato de auto constituição como sujeitos, mediado por uma escolha livre e autônoma, algo que historicamente lhes foi negado.

Uma das potências desse livro, talvez a principal, seja justamente a capacidade da autora em perceber as manifestações cotidianas do racismo como um tipo de violência que se acumula para além da existência individual das mulheres e homens negros. Algo que repercute o trauma do período colonial, mas que se repete como violência racista todos os dias. Nesse sentido que Kilomba propõe conceituar o racismo cotidiano como uma experiência traumática, já que a ele estariam vinculadas as três dimensões definidoras do trauma: choque violento; separação, atemporalidade.

Por fim, Kilomba fala sobre a necessidade do sujeito negro se libertar dos aprisionamentos da ordem colonial, impondo mais limites que alargando fronteiras, negando o lugar de alteridade que lhe foi imposto e afirmando-se subjetivamente como indivíduo independente da relação com o branco. A abertura ao branco aconteceria somente diante da construção de uma identificação positiva do sujeito negro com a sua negritude. E a descolonização, finalmente, dar-se-ia, como um processo de humanização.